

Especial Negócios sustentáveis

Rio+20 Documento contempla compromissos e demandas

Ethos quer debater dez propostas na conferência

Rosângela Capozoli e Giselle Paulino

Para o Valor, de São Paulo

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social já tem o esboço de um documento que será entregue aos chefes de Estado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que será realizada de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro. O “Nosso Rascunho Zero”, como está sendo chamado, contempla oito compromissos, nove demandas e dez temas. “Queremos tornar público esse conteúdo. Encaminhá-lo ao governo e entregá-lo aos coordenadores dos diálogos”, afirma Paulo Itacarambi, presidente do Ethos.

O rascunho do documento ganhou corpo durante o seminário preparatório da Conferência Ethos Internacional 2012 e intitulado “O que Muda com a Rio+20: Traga Sua Proposta”, que ocorreu no dia 24, no Senac, em São Paulo.

Segundo Itacarambi, o documento já tem endereço certo: Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, e André Correa do Lago,

negociador-chefe do Brasil na reunião. “A economia verde só acontecerá se as empresas entrarem de cabeça. É fundamental que as políticas públicas proporcionem uma arrancada”, diz.

Antes da Rio+20, o documento será submetido à conferência denominada “A Empresa e a Nova Economia – O que Muda com a Rio+20?”, que acontece de 11 a 13 de junho. “De lá sairão as propostas para a Rio+20”, explica.

As contribuições foram debatidas durante o encontro com representantes da indústria, do Ethos, Uniethos e do Instituto Akatu. Um dos destaques foi a elaboração dos temas que vão de agricultura a energia, passando pela biodiversidade, clima, água, produção e consumo sustentável, cidades e pobreza. Para cada um desses temas, haverá propostas concretas.

Uma das demandas prevê o compromisso dos países ricos com o financiamento do desenvolvimento sustentável. “Reivindicamos a criação de um fundo internacional que leve a contribuição dos países desenvolvidos de 0,7% para 1,0% do PIB, acrescentando-se também recursos provenientes de



Itacarambi: “A economia verde só acontecerá se as empresas entrarem de cabeça. É fundamental que as políticas públicas proporcionem uma arrancada”

direitos de uso dos espaços marítimo e aéreo e taxaço de 0,05% sobre movimentações financeiras internacionais de caráter especulativo”, diz o documento.

A expectativa do Ethos é que após a Rio+20 haja uma maior ordenação entre as políticas de governo. “É preciso que todas as políticas estejam direcionadas a um desenvolvimento sustentável e que o Programa de Aceleração do Crescimento, por exemplo, incorpore essas perspectivas da sustentabilidade”, detalha a carta.

Representantes de empresas presentes no evento promovido pelo Ethos acreditam que o momento é de levantar os temas de interesse comum que devem entrar no documento que será entregue aos chefes de Estado.

“Para as empresas, é essencial que governos assumam algumas

responsabilidades para não prejudicar aqueles que têm as melhores práticas”, diz Ricardo Mastroti, superintendente de sustentabilidade do Grupo Camargo Corrêa. “Caso o governo não assuma compromissos, a competitividade das empresas que possuem atitudes mais sustentáveis fica comprometida. A empresa com uma posição mais coerente e mais cuidada sai perdendo.”

Mastroti acredita que temas tratados neste documento como a questão das cidades sustentáveis, corrupção, consumo sustentável, entre outros, são assuntos complexos que precisam do envolvimento de vários setores da sociedade. “Não há um único ator que possa resolver as questões da sustentabilidade. É preciso que cada um tome conta da sua parte”, diz.

Alguns acreditam ainda que

amarrar compromissos e demandas é uma forma de fazer o movimento ganhar escala. “Muito tem se falado na importância da colaboração entre os diferentes setores para que avanços significativos sejam atingidos”, diz Denise Nogueira, gerente de sustentabilidade do Itaú-Unibanco. “Sem dúvida criar políticas públicas é um fator importante neste momento.”

O Nosso Rascunho Zero também complementa outros documentos que serão levados para a Rio+20, como o UNEFPI, do qual o Itaú participa. O documento é uma iniciativa da ONU para as instituições financeiras e pretende alertar sobre condições necessárias para que recursos sejam direcionados para uma economia verde da mesma forma que direciona para atividades da economia convencional.

“Construir um documento em

conjunto é essencial para gerar consenso. O documento deve estar alinhado com objetivos de todas as partes envolvidas neste processo”, diz André Leonel Leal, coordenador de sustentabilidade Braskem. “Queremos nos comprometer, mas é importante que os governos se movimentem. As demandas são para que nossos empenhos evoluam.”

Para que a Braskem se comprometa a criar produtos mais sustentáveis, por exemplo, é importante que haja incentivos do governo. “Os menos sustentáveis devem receber mais carga tributária. Assim, poderemos ter produtos diferenciados. É crucial que o governo incentive produtos com base no ciclo de vida”, diz. “O documento não se limita a compromissos e demandas, mas propõe temas importantes para os chefes de Estado.”

Florestas e biodiversidade em pauta

De São Paulo

Biodiversidade e florestas são dois temas na lista do rascunho elaborado pelo Ethos. Na biodiversidade, a ausência de marco regulatório é um dos maiores gargalos. Sem regras claras, o acesso às riquezas naturais não avança e fica restrito aos grandes empreendimentos.

“A falta de segurança jurídica impede que pequenas e micros empresas tenham acesso a recursos da biodiversidade. Os trâmites são tão complexos que esses segmentos acabam se afastando da área”, diz Rose Hernandez, diretora executiva de meio ambiente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec). “Da forma que está, apenas grandes e médias empresas podem ter acesso.”

O Brasil está entre os 193 países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), assinada em Nagoya, no Japão, durante a 10ª Conferência das Partes da

Convenção sobre Diversidade Biológica (COP10) que tem o objetivo de conter o rápido desaparecimento de espécies da biodiversidade do planeta. Na ocasião, os países assumiram metas importantes como incluir o valor da biodiversidade nas contas públicas e definiu regras para o acesso e repartição de benefícios da utilização desse recurso. No entanto, esses processos ainda não foram internalizados no Brasil.

Segundo Rose, a falta de regulação é motivo pelo qual o mercado se concentra nas mãos de poucas grandes empresas. A Abihpec tem cerca de 300 associadas. Entre elas, apenas 11 grandes empresas fazem uso da biodiversidade.

“É grande frustração lidar com pequenos empreendimentos que querem explorar a biodiversidade não apenas pela oportunidade de negócio, mas pela herança cultural”, diz José Marcelo Goulart de Miranda, assessor da diretoria técnica do Sebrae. “O acesso à biodiversidade privile-

gia os grandes empreendimentos. A pequena empresa esbarra na questão de escala, na dificuldade de obter documentos e todo aparato necessário.”

Algumas leis no Brasil incluem a questão de forma indireta, como a Política Nacional de Meio Ambiente. “Mas de fato, ainda não existe um mecanismo legal que assegure o uso da biodiversidade no país. O protocolo de Nagoya precisa ser implementado”, diz Helena Paveze, gerente de política ambiental da Conservação Nacional.

No tema das florestas, uma das principais propostas do grupo é compartilhar globalmente os custos da conservação, já que seus serviços beneficiam todo o planeta. O grupo sugeriu que esse tópico entre na lista de demandas para o governo dentro do documento geral “Nosso Rascunho Zero”.

“É importante pensar nos instrumentos econômicos para a conservação. Mas isso tem custos. A Amazônia gera serviços ambientais para o mundo todo, por

isso esses custos não podem ser pagos apenas pelas pessoas que vivem naquela região”, afirma Caetano Scannavino, coordenador do projeto Saúde e Alegria, uma das principais ONGs que atuam na Amazônia.

“Em tempos de aquecimento global em que a riqueza do país está mudando de cor, o Brasil tem responsabilidades. As políticas públicas que vão gerar a floresta serão determinantes para rever o modelo de desenvolvimento do país todo.”

Scannavino acredita que a pobreza tem uma ligação direta com a degradação ambiental e por isso é preciso garantir a economia dessas regiões. “A degradação não é causada pela população local, mas pelo processo de ocupação e chegada de grandes empreendimentos que convertem o solo e a floresta em pastos e agricultura. Isso gera conflito social e diversos problemas. A Amazônia é um grande exemplo disso”, diz. (RC e GP)

Indicadores para sinalizar a qualidade de vida nas cidades

Jacilio Saraiva

Para o Valor, de São Paulo

A América Latina é a região mais urbanizada do mundo em desenvolvimento, com 81% da população vivendo nas cidades, segundo a ONU-Habitat, divisão populacional da Organização das Nações Unidas. A previsão é que, até 2030, essa taxa suba para 86%, quando seis em cada dez pessoas viverão em centros urbanos. Para criar propostas para o planejamento de núcleos mais organizados, especialistas se reuniram no grupo de trabalho Cidades Sustentáveis, durante o seminário preparatório da Conferência Ethos Internacional 2012. As sugestões apontam para a construção de indicadores sociais e econômicos que desenhem uma curva de qualidade de vida nas cidades.

“Precisamos de políticas públicas mais avançadas, com ações de sustentabilidade e marcos regula-

tórios”, diz Carla Stoicov, integrante da rede de especialistas da Uniethos e sócia da Tistu, empresa de projetos de desenvolvimento sustentável. As propostas do grupo, que reuniu representantes da Natura, Itaú-Unibanco e do Núcleo de Estudos do Futuro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NEF-PUC/SP), incluem a implementação de sistemas de governança participativa e o intercâmbio científico entre as cidades.

“Precisamos evoluir de políticas setoriais de direito à moradia para ações de direito à cidade”, diz. “Construir bairros e cidades e não apenas casas, com a promoção da inclusão social e da saúde, inovação e pesquisa.”

A pobreza, o trânsito e a infraestrutura precária nos centros urbanos reduzem a capacidade de desenvolvimento dos negócios e aumentam os custos das empresas e de toda a sociedade, segundo Karina Baratella, coordenadora de sustentabilidade da Natura.

Especialistas atentam para as condições de trabalho

De São Paulo

Os dados são da Organização Internacional do Trabalho (OIT): perto de 1,5 bilhão de pessoas, ou quase metade do contingente economicamente ativo, está em situação de subemprego, informalidade, trabalho temporário. Rendimentos insuficientes comprometem a saúde, a segurança alimentar, a educação. Conclusão da OIT: o crescimento e a evolução do emprego não estão acompanhando a recuperação do PIB global desde a crise de 2008. Recuperação econômica sem o equivalente crescimento do emprego é uma das preocupações que o Instituto Ethos levará para a Rio+20 com propostas e sugestões.

Segundo o rascunho do documento, desenvolvimento sustentável não existe sem trabalho decente e oportunidades e renda compatíveis com as necessidades do trabalhador. Trabalho decente é a porta de saída da pobreza e

acesso para a integração social. Nesse capítulo, sobre Desemprego, Trabalho Decente, Migrações e Direitos Humanos, a comissão do Ethos sugere compromissos, ações conscientes e comparece com sete propostas em que a educação aparece como destaque em todos os níveis. Mas a garantia dos direitos humanos vai além, segundo Cristina Fedato, que participou da análise do capítulo. “Nem sempre garantindo trabalho decente se garante direitos humanos”, diz. “Direitos humanos incluem acesso a serviços sociais básicos, direitos fundamentais, cidadania.”

Segundo a OIT, até o fim de 2012 75 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estarão desempregados (4 milhões a mais que em 2007). O relatório Tendências Mundiais do Emprego dos Jovens aponta que a taxa de desemprego pode se agravar a partir das novas levadas que chegam à idade de se incorporar ao mercado de trabalho. (ST)

Desenvolvimento pode ser forma de combate à pobreza

Silvia Torikachvili

Para o Valor, de São Paulo

Embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tenha aumentado 18% entre 1990 e 2010, beneficiando 92% da população de 135 países, ainda há um considerável contingente a ser atendido. Entre 2005 e 2010 quase meio bilhão de pessoas saiu da condição de extrema pobreza – situação de quem vive com renda diária de US\$ 1,25, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD). Mesmo assim, 884 milhões de pessoas ainda não têm acesso à água potável, enquanto 2,6 bilhões não têm saneamento. Ainda segundo o PNUD, metade de todos os pacientes de hospitais nos países em desenvolvimento padece de doenças relacionadas à água.

No rascunho zero, o Instituto Ethos o tema da erradicação da pobreza é tratado de forma transversal. O Ethos propõe um capítulo

específico, com 6 propostas práticas que viabilizam ações de combate à pobreza. As causas a serem atacadas estão associadas à concentração de renda, desigualdades econômicas, informalidade no trabalho, desemprego, má distribuição da educação, com base em documento da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

O Brasil vem melhorando esses níveis, segundo dados do IBGE. Na última década, a renda de 50% dos brasileiros mais pobres cresceu seis vezes mais rápido que a renda dos 10% mais ricos. O Instituto Ethos destaca nesse capítulo que um grande número de empresas participa desse processo de mudança social, com modelos de negócios voltados para as populações menos favorecidas. Essas empresas participam também do esforço de incorporar pequenos empreendedores e produtores rurais. Ainda assim, muitas populações ainda permanecem como grandes desafios para todos os setores.

Fontes renováveis atendem 12,9% da oferta de energia

De São Paulo

Estima-se que as fontes renováveis são responsáveis por apenas 12,9% da oferta de energia no mundo e que 1,6 bilhão de pessoas ainda não tem acesso à eletricidade. O desafio é ampliar a oferta de alternativas energéticas limpas, mas sem correr o risco de falta de fornecimento.

Executivos da Odebrecht, da Cushman & Wakefield, do Instituto Vitae Civilis e da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) participaram do grupo de estudos Energia Sustentável para Todos, durante o seminário preparatório da Conferência Ethos Internacional 2012. As propostas do grupo incluem incentivos para o desenvolvimento de novas matrizes sustentáveis, como solar e eólica; o desenvolvimento de biocombustíveis, como o etanol de celulose, e a conservação de energia, com um corte planejado de subsídios às fontes fósseis e atômicas.

“Deve ser adotado um olhar sistêmico, que considere um quadro amplo de fontes conhecidas, mas com um cálculo de vulnerabilidade dessas matrizes, para um melhor planejamento energético”, diz Alexandre Baltar, gerente de sustentabilidade da Odebrecht.

“Não podemos investir só em solar ou mais em eólica”, afirma Gustavo Ferroni, especialista em políticas do Vitae Civilis. “Um só modelo de produção não é o bilhete premiado. O fornecimento tem de ser multimodal, com predominância da energia limpa.”

Os especialistas querem ainda a criação de modelos de monitoramento de custos de produção das fontes de energia e uma maior integração do governo, concessionárias, movimentos sociais e ambientais na discussão de temas comuns. João Alves Pacheco, diretor técnico da Cushman & Wakefield lembra a necessidade de políticas de incentivo à conservação da energia. (JS)

Uso racional da água é estratégico

Rosângela Capozoli e Jacilio Saraiva

Para o Valor, de São Paulo

Quando se trata de água, o desafio do Brasil não é lidar com a sua falta, mas com seu uso e com a distância onde essas fontes se encontram. Do total de reservas de água doce da Terra, 12% estão no Brasil, mas 70% desse volume estão na região Norte, onde vivem apenas 10% da população do país. Nesse cenário, a maior dificuldade é saber trabalhar com a gestão responsável e sustentável do líquido. Estudos projetam que em 2030 a demanda mundial de água aumentará 30%, gerando desafios de governança dos recursos hídricos em vários âmbitos. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que apenas 0,008% da água disponível no Planeta é potável, alertando para a importância do uso racional e evitando desperdícios. Para se ter uma ideia, o brasileiro gasta, em média, 185 litros por dia, o equivalente ao consumo de 12 angolanos. "A maior preocupação nossa é o uso da água na cadeia produtiva, porque todos os produtos que comercializamos necessitam de água para serem fabricados", diz Beatriz Dias de Sá, coordenadora de sustentabilidade da rede de varejo Walmart.

O Walmart adota, desde 2009, o programa "Sustentabilidade de Ponta a Ponta", uma parceria entre a companhia e seus fornecedores focando o ciclo de vida para reduzir os impactos ambientais e melhorar os produtos. "Para estabelecer os padrões de sustentabilidade e avaliá-los em cada inovação desenvolvida pelos parceiros, a Walmart selou parceria com o Centro de Tecnologia de Embalagem (Cetea)", diz.

"Já desenvolvemos 23 produtos com alguns dos nossos fornecedores com redução acentuada de

água no processo produtivo e a busca do menor impacto possível no meio ambiente", diz. Partindo da análise do ciclo de vida de seus produtos, ou seja, da matéria-prima ao descarte, as indústrias parceiras e a equipe de marcas próprias do Walmart são desafiadas a identificar e executar oportunidades de tornar seus produtos mais sustentáveis. "A gestão de água no Walmart é a mesma de qualquer rede varejista. O que fazemos é usar nosso poder de mobilização para que o processo hídrico se torne mais eficiente", informa.

Paulo Itacarambi, presidente do Instituto Ethos, avalia que o país e as empresas precisam adotar o reuso de água. "Quando os recursos naturais forem precificados vamos sentir o valor da economia verde. A água é uma das principais riquezas do mun-

do inteiro e o desperdício continua na agricultura, nos processos industriais e no uso doméstico. É um dos recursos que será mais crítico no futuro", alerta.

Segundo indicadores do Banco Mundial, cerca de 70% da população pobre do mundo vive em áreas rurais e têm na agricultura a principal fonte de renda e trabalho. Mas, pelo menos 60% dos ecossistemas têm sido degradados ou utilizados de forma não sustentável, incluindo recursos de água e pesca. Criar subsídios para promover a agricultura sustentável e favorecer a integração dos agricultores de pequeno porte é, portanto, parte importante de uma agenda para sustentabilidade global.

Para Julia Tauszig, do setor de relações externas da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), é importante levar para a dis-

cussão no Rio+20 temas como o incentivo à preservação ambiental pelos pequenos agricultores. "As propriedades menores têm maior dificuldade de acesso à informação", diz. A executiva também chama a atenção para a retomada do debate sobre a biotecnologia e o fortalecimento da economia baseada em florestas plantadas. Há 6,8 milhões de hectares de florestas plantadas no país, dos quais 2,2 milhões de hectares são destinados à produção de celulose e papel.

Outras propostas para a sustentabilidade na agricultura são a ampliação de investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia, o aproveitamento econômico e sustentável da biodiversidade e o zoneamento ecológico, com a regularização fundiária e ambiental de propriedades, garantindo os direitos dos povos indígenas.



Beatriz Dias de Sá, da rede de varejo Walmart: parceria com fornecedores para reduzir desperdício de água

Consumo crescente deve levar em conta recursos naturais

De São Paulo

Conciliar a crescente demanda de consumo com a redução de recursos naturais é um dos maiores desafios enfrentados pelo Brasil e pelo mundo quando se trata da sustentabilidade. Esse foi um dos temas debatidos durante o seminário preparatório da conferência.

Segundo o relatório "O Estado do Mundo em 2012", em 2006 os 65 países com maior renda corresponsavam a 16% da população mundial e eram responsáveis por 78% dos gastos com consumo. O Brasil, com o aumento da renda e a ascensão da classe média, tende a ser cada vez mais um grande consumidor.

"É preciso criar mais produtos com baixo impacto ambiental. E

isso já vem acontecendo na Braskem. A redução de gases de efeito estufa, por exemplo, foi de 11% por tonelada de produção entre 2002 e 2011", afirma Leonel Leal, líder de responsabilidade social da Braskem, uma das 1.400 empresas associadas ao Instituto Ethos. O executivo participou do debate sobre "Estabelecimento de Padrões Sustentáveis de Produção e Consumo", durante o seminário. Entre os produtos fabricados pela companhia dentro desse novo conceito, Leal cita o exemplo do plástico verde. Desde o anúncio do desenvolvimento, em 2007, o polietileno verde de fonte 100% renovável ganhou vários parceiros. Um deles foi a Brinquedos Estrela, que produziu o Banco Imobiliário Sustentável com o produto verde. (RC)

Crescimento precisa incluir questão ética e transparência

De São Paulo

Suborno, corrupção, uso do poder para benefícios privados (ou qualquer outro nome que defina a falta de transparência em determinados negócios) são práticas que representaram um prejuízo de R\$95 bilhões ao Brasil só em 2011, o equivalente a 2,3% do PIB. Os números são da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O mapa da corrupção de 2011, elaborado pela Transparência Internacional, coloca o Brasil em 73º lugar, atrás de Uruguai, Ruanda, Butão e Namíbia no Índice de Percepção de Corrupção (IPC), que tem como base a mensuração da corrupção do poder público. A escala vai de zero a dez, sendo os mais transparentes os

que mais se aproximam de dez.

Para os oito participantes do grupo que discutiu Integridade e Transparência, foi consenso a impressão de que um dos principais entraves para o desenvolvimento do Brasil está ligado à corrupção. As razões aparecem em declarações que enaltecem a esperteza como um bom atributo; e até na constatação de que muitas multinacionais com legislações rígidas em seus países de origem deixam de cumprir as normas ao desembarcar no Brasil por encontrarem um país frouxo na exigência do cumprimento das leis.

As questões colocadas pelos participantes sobre a diferença entre corrupção moral e corrupção sistêmica tomaram grande parte do tempo dos debates. (ST)

CONFERÊNCIA
ETHOS

conferência
internacional 2012

A EMPRESA
E A NOVA
ECONOMIA **O QUE
MUDA COM
A RIO+20?**

A conferência contará com nomes como Achim Steiner, Ashok Chapagain, Carlos Lopes, Ernst Ligteringen, Georg Kell, Ignacy Sachs, John Elkington, Joseluis Samaniego, Luciano Coutinho, Mark Kramer e Pavan Sukhdev. Conheça todos os palestrantes em www.ethos.org.br/ce2012

As tendências e decisões na Rio+20 que impactarão os negócios.

Participe da Conferência Ethos Internacional 2012 e prepare a sua empresa para os desafios de uma economia incluyente, verde e responsável.

VAGAS LIMITADAS

Inscrições:
(11) 3897-2400
atendimento@ethos.org.br
www.ethos.org.br/ce2012

SÃO PAULO 11-13
junho 2012
HOTEL TRANSAMÉRICA

Realização:

INSTITUTO
ETHOS

Parceiros Institucionais:

ALCOA

CPFL
ENERGIA

natura
bem estar bem

SUZANO
PAPEL E CELULOSE

VALE

Walmart
Brasil

Parceiro Estratégico:

Roland Berger
Strategy Consultants

Patrocinador Ouro:

Itaú

Patrocinadores Prata:

Eletrobras

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

SEBRAE | Centro Sebrae de Sustentabilidade

Bradesco

Braskem

Patrocinadores Bronze:

INFRAERO
AEROPORTOS

KPMG
cutting through complexity

queiroz galvão
ENERGIAS RENOVÁVEIS

Apoio:

Valor ECONOMIA